

## CLASSES, INDIVIDUALIDADE E DOMINAÇÃO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS<sup>1</sup>

Social classes, individuality and domination in the contemporary societies

Thiago Panica Pontes<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo desse artigo é contribuir para a compreensão da dinâmica de classes nas formações sociais contemporâneas, evitando de um lado o simplismo unidimensional que não faz senão fortalecer as tendências negacionistas contra as quais se coloca, assim como, por outro, a fragmentação analítico-departamental ao infinito das múltiplas desigualdades registradas em nossas sociedades. Ressaltar a especificidade e a irredutibilidade das desigualdades raciais, educacionais, de gênero, etc., não impede, pelo contrário, a identificação dos *nexos estruturais* que as atravessam, as reforçam, e por meio delas se consolidam. Por essa razão, num primeiro momento, argumentaremos acerca da necessidade de um novo olhar que reconquiste a pervasividade da estrutura do fenômeno que estamos investigando subjacente à crescente complexidade e diferenciação sociocultural intensificadas pelo processo de mundialização. Em seguida, destacaremos que é apenas por meio da multideterminação existencial intrínseca às classes sociais que uma determinada propriedade, posição, relação, desigualdade (e.g. econômica), ou sistema, assumem todos e cada um sua efetividade histórica. Por fim, num terceiro momento, exploraremos as implicações dessas colocações para um melhor entendimento acerca dos mecanismos de dominação que estruturam nossas sociedades, reproduzem nossas desigualdades e se efetivam, não a despeito, mas a partir de nossa própria individualidade e motivações pessoais.

**Palavras-chave:** Classes sociais; Multideterminação existencial; Mediações; Individualidade; Dominação.

### Abstract

The aim of this article is to contribute to the comprehension of the class dynamics in the contemporary societies. On the one hand, it seeks to avoid the unidimensional narrowness that inadvertently corroborates the negacionist tendencies against which it was struggling; on the other, the endless analytic-departmental fragmentation of the multiple inequalities registered in our societies. To highlight the specificity and irreducibility of racial, gender, educational and other inequalities doesn't prevent, quite the contrary, the identification of *structural nexuses* that traverse each of them, reinforce each of them and, throughout this process, consolidate itself. For this reason, at first, we will argue about the necessity

---

<sup>1</sup> Agradeço aos ricos comentários e sugestões surgidos na ocasião da apresentação desse artigo no núcleo de pesquisas Sociofilo-UFRJ, e que muito nos auxiliaram, em especial a Frédéric Vandenberghe, Lucas Soneghet, Ábia de Lima, Augusto Waga, Sara de Andrade, Marcelo de Oliveira, Rodrigo Cantu e Cesar Teixeira. Claro que as eventuais inadequações em relação ao resultado final cabem inteiramente a seu autor.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de estudos sociais e políticos da UERJ, IESP-UERJ. Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ. Atualmente é professor de sociologia no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thiago.panica@gmail.com  
Cidade: João Pessoa.

of a new gaze that recovers the pervasiveness of the structure of the phenomenon that we are investigating and which underlies the growing sociocultural complexity and differentiation intensified by the process of mundialization. Afterwards, we will highlight that it is only by means of the intrinsic existential multidetermination of the social classes that a ownership, position, relation, inequality (e.g economic), or a system itself, assume – all and each of them – its historical effectiveness. Finally, at a third moment, we will explore the implications of these assumptions in order to reach a better understanding of the domination mechanisms that structure our societies, reproduce its inequalities and become real not against, but precisely through our individualities and most personal motivations.

**Keywords:** Social classes; Existencial multidetermination; Mediations; Individuality; Domination.

*En réalité, seul le croisement des approches économiques, historiques, sociologiques, culturelles et politiques peut permettre de faire quelques progrès dans notre compréhension des phénomènes socio-économiques. Cela vaut notamment pour l'étude des inégalités entre classes sociales et de leurs transformations dans l'histoire, mais il me semble que la leçon est plus générale (Piketty, Capital et idéologie, 2019, p. 1316).*

*De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo (Roberto Schwarz, Ao vencedor às batatas, p. 27).*

## Introdução e preâmbulo epistemológico

Como compreender as múltiplas desigualdades (econômicas, escolares, raciais, de gênero, etc.) que atravessam as formações sociais contemporâneas em escala mundial de forma cientificamente rigorosa, evitando tanto a unificação apressada e reducionista, incapaz de concebê-las em sua relativa autonomia subsistêmica, como, por outro lado, a fragmentação sem crítica das lógicas de investigação que parecem extirpar o mundo social não apenas dos nexos que o estruturam como, por consequência, a si mesmas da capacidade de interrogá-lo? Como analisar os vínculos de classe que estruturam nossas sociedades, *não a despeito* de sua complexidade e diversidade socioculturais, mas, ao contrário, precisamente *por seu intermédio*? De que forma investigar a natureza e magnitude das clivagens próprias às formações sociais periféricas e semiperiféricas, as mais desiguais entre as desiguais, escapando ao reducionismo das explicações economicistas, incapazes de dar conta satisfatoriamente da produtividade simbólica e da pluralidade interna às classes sociais, sem contudo recair no equívoco oposto complementar, qual seja, o floreamento culturalista cujas

‘boas intenções’ reabilitadoras, quando não são o apanágio do folclorismo festivo típico do ‘intelectual’ distanciado das vísceras do real, preenchem o museu das ideologias dominantes – do grande patronato aos meios de comunicação *mainstream*? Nesse artigo, defenderemos que apenas por meio de uma abordagem que não reduza a análise de classes a paradigmas que se calcem nos pressupostos de uma unidimensionalidade material ou cultural quanto à sua caracterização, de uma unideterminação causal quanto à sua explicação, assim como da suposição de uma homogeneidade interna que trazem como implicação, o cientista social será capaz de escapar ao canto da sereia da tão irreal quanto politicamente capciosa negação “pós-moderna” de sua existência;<sup>3</sup> assim, e somente assim, será capaz de conceber que, subjacente às relações de dominação, se enreda inextricavelmente uma *multiplicidade de relações e experiências sociais que a sobressignificam* e cujo resultado, a indeterminação relativa das práticas, longe de testemunhar uma dissolução do conceito de classes sociais, decorre de sua historicamente inalienável multideterminação.

Essa autoconsciência da complexidade de fatores em questão em tudo se opõe ao simplismo pernicioso que preside, por exemplo, as sondagens e pesquisas de opinião que transbordam nos meios de comunicação de massa, como também à sua manifestação pseudocientífica cuja melhor (mas não única) expressão encontramos no sem número de teorias da ação racional. Assim como as múltiplas desigualdades nunca são explicáveis cada uma em si mesma enquanto *causa sui*, tampouco são reconstituíveis *partes extra partes* e agregadamente: na medida em que cada um dos fatores habitualmente mobilizados para uma análise da dinâmica, das trajetórias, representações ou ações que caracterizam uma classe de agentes (e.g. associação entre origem e destino ocupacionais, nível de rendimentos, escolaridade, etc.) não é hermeneuticamente interpretável ou estatisticamente explicável em si e por si mesmo, quando não superficialmente e em diversos casos equivocadamente, esse mesmo isolamento analítico que os subtrai

---

<sup>3</sup> Aliás, é preciso lembrar que a insistência em sua homogeneidade interna e nos simplismos explicativos que daí derivam fornecem um desfavor intelectual que não faz senão contribuir para desacreditar a pertinência sociológica do conceito diante da maré montante de negacionismos de toda sorte?

unilateralmente da significação existencial em que se encontram primordialmente obsta, ademais, a compreensão de suas articulações e homologias mais profundas, as quais perpassam diversas formas de dominação (e.g. sudeste:região  $\cong$  homens:gênero  $\cong$  brancos:raça  $\cong$  ricos:condições materiais, como foi claramente o caso nas manifestações em prol da deposição presidencial em 2016)<sup>4</sup>, sem se reduzirem a nenhuma em particular justamente pela força que extraem, todas e cada uma, de seu entrelaçamento vivido.

Esse entrelaçamento não é outra coisa do que o nexos entre múltiplas determinações<sup>5</sup> a ser posto em relevo pelo cientista social. Como teremos ocasião de desenvolver adiante, a trama de classes cujos fios devem ser reconstituídos envolvem (i) o *nível macropolítico ou sistêmico* como momento crucial e necessário da análise, pelo qual identificamos formas de *dominação estrutural* articuladas, elas próprias, às formas de inserção central ou (semi)periférica no processo de mundialização – com implicações, por exemplo, na natureza e diversidade das estruturas produtivas de cada país assim como em seus respectivos leques de possibilidades ascensionais. No entanto, crucial e necessário que se mostre, veremos também que esse momento não é suficiente, não enquanto lhe faltar o segundo que nos permita reconstruir a totalidade dialeticamente entreconstitutiva onde encontram, ambos os momentos, seu fundamento explicativo. Trata-se (ii) do *nível micropolítico ou da pluralidade inerente à experiência vivida* que abriga as diversas formas relacionais e padrões culturais engendrados no seio das esferas familiar, comunitária, religiosa, as experiências oriundas do mundo do trabalho em sua maior ou menor fragmentariedade, precariedade, tradição sindical setorial, etc., as quais exercem não apenas uma ‘função de intermediação’ entre a dimensão sistêmica e a individual como agem, elas mesmas, enquanto forças sociais com suas camadas de experiência irreduzíveis.

---

<sup>4</sup> Cf. Pontes (2020).

<sup>5</sup> Preferiríamos empregar o termo ‘determinidade’, no lugar de determinação, para denotar que não se trata de uma predicação causal, mas ontologicamente constitutiva, o que, esperamos, deverá se tornar mais claro no decorrer do artigo.

Nesse sentido, as experiências engendradas pela dinâmica própria ao capitalismo contemporâneo (e.g. instabilidade e precariedade ocupacionais associadas à reestruturação produtiva, terciarização da economia, elevadas taxas de rotatividade tanto maiores quanto menores os capitais econômico e escolar, estímulos à concorrência no interior da força de trabalho e à constituição de um *self* empresarial sob a sombra do desemprego estrutural, etc.) nunca são *existencialmente desvinculáveis* das várias e variadas linhas de experiência e tensão que atravessam e constituem uma *classe de condições*: é justamente em seu seio, e inclusive por intermédio dos antagonismos que lhe são internamente constitutivos, que as formas de dominação – elas mesmas compósitas – são vivenciadas e ressignificadas pelos indivíduos. Não se trata, de modo algum, de relativizá-las em sua objetividade sistêmica ou quanto à realidade de seus efeitos, pelo contrário. Antes, ao não subestimarmos a extrema complexidade e diversidade que compõem às sociedades contemporâneas, nos colocaremos em melhores condições para apreender *a multiplicidade de relações que se enredam aos vínculos sistêmicos* (sejam estes vínculos considerados sob a forma de relações de produção, sistema de posições hierarquicamente estratificadas, campos, etc.), *os englobando e reintegrando em condições existenciais mais amplas*. O que se nos desvelará, assim, é a possibilidade de compreendermos que o sentido aparentemente ‘incoerente’ de um conjunto de práticas e representações (políticas e eleitorais por exemplo) não se explica satisfatoriamente *apesar* de (ou diferentemente do que se esperaria de) sua vinculação de classe – como supõe o senso comum e a enxurrada acrítica de teses generalistas e laudatórias sobre a individualização que o acompanham –, mas, inversamente, apenas tornam-se plenamente compreensíveis *através de sua multideterminação constitutiva*.

Ora, o conjunto de desigualdades característico das sociedades situadas na periferia e semiperiferia do capitalismo mundializado, sua “heterogeneidade estrutural” se quisermos mobilizar conceito caro à CEPAL e ainda hoje pertinente (ARAÚJO, 2013), se apresenta com mais intensidade do que as encontradas nos países centrais. Não nos referimos ao nível de diversificação da estrutura produtiva ou ao grau de intensividade técnica que

a acompanha, inclusive no atual capitalismo de serviços;<sup>6</sup> é a intensividade e extensividade da heteromorfia sistêmica, regional, além da precariedade, instabilidade e multiformidade de experiências vinculadas ao mundo do trabalho – em síntese, aquilo que U. Beck se referiu como “brasilização do mundo” – que se mostram proficuas em iluminar aspectos da realidade dos países centrais cuja dinâmica consiste *antes em exceção do que em regra histórica, um caso possível do real*, embora errônea e persistentemente tomada como parâmetro universal.<sup>7</sup> Para tanto, contudo, é preciso superarmos uma atitude epistêmica subordinada que não faz senão expressar a divisão do trabalho entre centro e periferia no próprio âmbito da produção intelectual.<sup>8</sup>

Quanto a isso, é preciso ir além da tão verdadeira quanto insuficiente constatação do não universalismo do alcance do que Jeffrey Alexander (1987) se referiu como os “grandes centros da sociologia mundial”, constatação geralmente seguida pela tradicional recomendação de “torção” dos modelos para “reajustá-los” às condições e especificidades periféricas com tudo o que tal atitude acriticamente pressupõe enquanto epistemologia meramente reativa e docilmente particularista. Em outras palavras, é preciso não encerrar o movimento epistêmico na (re)conquista e no aprendizado do particular, mas, precisamente a partir da especificidade histórica (semi)periférica, proceder ao movimento de retorno qualificado para o estabelecimento de uma

---

<sup>6</sup> Que apresenta uma maior sinergia intersetorial em virtude do estágio de desenvolvimento industrial pressuposto por essa transição (SOUZA et al., 2012).

<sup>7</sup> Veja-se, por exemplo, a insistência de Piketty (2019), malgrado o reconhecimento do nacionalismo metodológico de sua obra anterior, em tomar admitidamente um país central, nesse caso a França (para contrapor-se aos casos rivais inglês e norte-americano), como parâmetro para processos que ocorrem ou ocorrerão em outras partes do mundo. Ora, há muito sabemos, e esse diagnóstico permanece nas últimas décadas em seus aspectos essenciais SANTOS, 2000), que, além da maior heterogeneidade da fisionomia sistêmica que atravessa a condição periférica, a dinâmica formativa e estruturante das classes sociais dos países centrais nos últimos dois séculos *pressupõe* o lugar específico que estes ocupam na economia mundial e na divisão do trabalho internacional, que é *estrutural e funcionalmente distinto* daquele ocupado pelas formações sociais periféricas, razão pela qual tampouco os seguiremos no tempo.

<sup>8</sup> Se a configuração que os grupos dominantes, as camadas médias e os meios populares assumem no Brasil não são ‘desvios’ dos casos ‘clássicos’, ou casos ‘excepcionais’ em relação aos ‘paradigmáticos’, à guisa de ‘notas de rodapé’ da história, tampouco consistem numa suposta ‘singularidade irredutível’ – alteração de registro valorativo que não faz senão reproduzir a mesma atitude epistêmica subordinada por outra via. É evidente que essa singularidade não só pode como deve ser compreendida pela consideração de suas especificidades históricas. Contudo, longe de um caso isolado no mundo – basta registarmos as rupturas do ordenamento democrático ocorridas em outros países da América Latina não somente a partir de sua proximidade temporal mas, sobretudo, da homologia estrutural dos agentes sociais e forças institucionais envolvidas –, a fisionomia de sua modernização conservadora consiste numa declinação particular, embora particularmente importante, de forças e tendências sócio-históricas mais amplas que, do neoconservadorismo à nova reconfiguração das estruturas econômicas do capitalismo mundial, é preciso descortinar.

sociologia geral que, então superando o provincianismo transfigurado em cosmopolitismo, nos alce a uma abordagem autenticamente histórico-universal.

Nesse sentido, é incontornável o reconhecimento de que a restrição objetiva das possibilidades ascensionais, a compressão salarial, e a magnitude das clivagens que caracterizam nossas formações sociais são indissociáveis da mencionada natureza semiperiférica de nossa vinculação à economia mundial, vinculação essa estruturalmente acoplada à, e internamente catalisada pela, sociogênese escravagista de nossa dinâmica modernizadora. Ao mesmo tempo, o que é o propósito desse artigo, se tornará igualmente claro que essa objetividade sistêmica assim como a afinidade existente entre esses limites estruturais (semi)periféricos e os horizontes subjetivos aí engendrados, ou o que poderíamos chamar de *habitus econômico* (BOURDIEU, 2000), se reintegram objetivamente e se assimilam subjetivamente aos fios daquela trama mencionada acima, entretecida que é pelo conjunto de relações e experiências advindas de outras esferas da vida e sem as quais as representações, interesses e ações propriamente ‘econômicas’ tornar-se-iam ‘analiticamente’ incompreensíveis para o cientista social, e expropriadas de sua plenitude hermenêutica para os agentes mesmos.

Dessa *inter, entre e sobressignificação* hermenêuticas, advindas de subsistemas sociais relativamente autônomos, emana uma ambiguidade e ambivalência, em suma, uma *certa opacidade que é inerente a todas as formas de dominação*. Por conseguinte, a adesão aos regimes de desigualdade e de justificação associados a essas formas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; PIKETTY, 2019) é tanto menos explicável por referência à natureza dos vínculos sistêmicos e a suas respectivas formas ideológico-narrativas tomadas *apenas em si e por si mesmas* quanto mais esses vínculos e formas envolvem, e a eles se aderem, laços e engajamentos nos quais, não anulando nem relativizando de modo alguma a força daquelas injunções, os agentes sociais encontram o que os motiva, move, importa e verdadeiramente ‘faz sentido’ em suas vidas. Por isso, um novo olhar se faz necessário.

## I. Esfacelamento do conceito e obscurecimento do fenômeno pela hiper-especialização mal-compreendida

En un moment, toutes les fois qu'on délibère sur une chose en vue d'une autre, c'est sur la chose en vue de laquelle se fait l'examen que porte la délibération, et non sur celle qu'on examine en vue d'une autre (Sócrates/ Platão, *Lachès*, p. 234).

Sabemos que a moderna especialização do saber em geral e da ciência em particular, expressão no âmbito da divisão do trabalho intelectual de um processo histórico e social mais amplo, torna-se tão mais necessária e racional quanto mais se adensam e aprofundam os conhecimentos nas mais diversas áreas de investigação científica. No entanto, sabemos também<sup>9</sup> que a crescente fragmentação técnico-cognitiva das formações sociais contemporâneas se enastrou e naturalizou a tal ponto que, atualmente, torna-se difícil saber se a forma prevalecente de concepção, organização e consecução das atividades acadêmicas, assim como os resultados aí produzidos, constituem (viciosamente) a causa contingente ou (virtuosamente) o efeito necessário das demandas do conhecimento especializado, de sua natureza e de suas necessidades intrínsecas. Ora, saber se tal processo é verdadeiramente “racional”, ou se, como em patologia própria às sociedades modernas, passou a se alimentar de si mesmo, se apresenta como questão premente e reflete uma insatisfação que, longe de originar-se de especulação desvinculada de aderência empírica, resulta de nossa própria prática investigativa.<sup>10</sup>

Não é o caso de girar as engrenagens da história para trás. Como já nos ensinaram as clássicas lições de Weber (2013), a especialização é necessária para além do diletantismo e do amadorismo, e corresponde ao caráter ao mesmo tempo vocacional e profissional (*Beruf*) das atividades modernas. Mas, como testemunha o conjunto da obra do próprio autor, deve se tratar de uma *especialização bem compreendida*, i.e. ciente de sua razão de ser, de seus fundamentos como de seus propósitos. Isso porque a partir do

---

<sup>9</sup> Essa constatação perpassa diversos autores clássicos e contemporâneos, sob diversas modalidades, como por exemplo a crítica de Elias à “pseudo-especialização” (2008, p. 64), Wright Mills (2006, p. 177; 228) em relação à importância de compreendermos as estruturas que se inscrevem em nossos estudos contextuais e sua crítica à especialização arbitrária, Bourdieu (por exemplo 2004, p. 89 ou ainda 2003, p. 9-10; 57), Lahire (2012), Vandenberghe e Caillé (2016), entre outros.

<sup>10</sup> Ver Pontes (2015).

momento em que o processo de produção de conhecimento, e por conseguinte a natureza do conhecimento daí resultante, passam a se orientar por uma lógica alheia à pertinência das questões teoricamente orientadas assim como à natureza do objeto em questão, o resultado mostra-se funesto ao próprio desenvolvimento investigativo (nos âmbitos epistemológico, teórico, metodológico e, por implicação, aos próprios resultados empíricos suscetíveis de serem alcançados), paradoxalmente obscurecendo o fenômeno a que se propunham, a princípio e por princípio, esclarecer.<sup>11</sup> É precisamente o que se verifica nas investigações que envolvem as classes sociais nas formações sociais contemporâneas.

Presenciamos aqui a constante substituição, progressivamente naturalizada, de uma *razão sociológica* por uma ‘*racionalidade*’ *metodológico-departamental*. A consequência intelectual daí decorrente, em termos concretos, não é um espírito sociológico que se nutre do mundo, mas a compartimentalização do conhecimento acerca do mundo social conforme imperativos que lhe são, não raro, estranhos. Trata-se de uma *ultraespecialização de antolhos* que, no caso em foco, impulsiona uma sociologia cada vez mais mutilada, apenas para ficar em alguns exemplos,<sup>12</sup> em: sociologia do trabalho (ou do “mercado de trabalho”), estudos de estratificação social, de desigualdade (de rendimentos, patrimoniais, educacionais, regionais, raciais, de gênero, geracionais, etc.), sobre “pobreza”, “favela”, “informalidade”, o “preariado” (que de conceito parece tornar-se campo de estudo especializado), “sociologia econômica”, etc.<sup>13</sup> – para não

---

<sup>11</sup> Mannheim nos lembra com sua habitual lucidez de que “a abstração é um instrumento de investigação. Podemos dirigir nossa atenção ao processo de pensamento enquanto tal ou à estrutura social subjacente. Podemos legitimamente estreitar nosso foco na medida em que não reifiquemos a linha demarcatória que nos convém para delimitar nossa investigação. Pois uma coisa é estreitar o foco a um aspecto do objeto, desviando nossa atenção de outros aspectos; e outra diferente é declarar que a área destacada nada tem a ver com a que nos interessa. O primeiro ato, em si, não cria fantasmas; é apenas um princípio para selecionar itens para ulterior elaboração. Em suma, as abstrações não distorcem necessariamente a realidade” (2001, p. 37).

<sup>12</sup> Optamos por não nos referirmos aqui a exemplos de autores ou trabalhos específicos, pois não se trata da *qualidade* dos trabalhos em questão, tampouco de uma crítica direcionada a *tal ou qual autor em particular*, mas de uma *tendência generalizada* que, cada vez mais consolidada, tende à naturalização.

<sup>13</sup> Serge Paugam expressa essa preocupação nos seguintes termos: “cada uma dessas questões é formulada por pesquisadores e atores especializados em um domínio específico. Cada uma requer, no mais das vezes, um tratamento específico. Assim, o expert do desemprego e do emprego não se confunde com o expert da política da cidade, o qual tampouco se encontra com o expert da escola ou com aquele das questões étnicas (...)”, razão pela qual acentua a importância de se “tomar consciência da imbricação

mencionar as pseudoespecialidades no interior ou conexas à sociologia que não extraem sua força em nada além das ‘evidências’ que as coligam ao senso comum.

Essas áreas e subáreas, em maior ou menor grau, acabam por abstrair unilateralmente categorias e índices (relativos às ocupações, aos rendimentos, à escolarização) que, por definição e natureza, não são senão *indícios*, ou signos parciais e parcelares, de um determinado fenômeno sócio-histórico que, assim mutilado, se vê pulverizado em sua própria consistência objetiva – que não se reduz à agregação dessas abstrações particulares, tampouco à sua posterior ‘reconciliação’ como é tradicionalmente o caso na miríade de estudos de estratificação que buscam sistematicamente ‘redescobrir’ as conexões entre “raça”, “classe”, “educação”, etc. que por sua própria lógica ajudaram a estilhaçar. Conquanto, é claro, cada um desses domínios apresente dimensões e problemáticas culturais próprias, lógicas de desigualdade e formas de dominação relativamente autônomas e desenvolvimentos sociais irreduzíveis, o que buscamos destacar aqui é a forma como cada um e todos eles se inserem em *condições de existência mais abrangentes*, delas *coparticipam*, *reforçando* assim mecanismos estruturais mais amplos dos quais, por sua vez, *extraem* parte importante de seus efeitos e de sua significação.<sup>14</sup> Se as relações inter-humanas são suscetíveis de se tornarem analiticamente parcelizadas conforme imperativos metodológico-departamentais, jamais o serão na maneira como existencialmente se enastram na vida social: essa *coinerência vivida* é a condição primeira, de possibilidade e de racionalidade, para seu *subsequente e necessário* isolamento de campo investigativo.

É igualmente a *ausência dessa autoconsciência* que eleva o risco do especialista de, num procedimento a um só tempo fetichizado e fetichizante, desvirtuar o sentido da *igualmente necessária* abstração científica das relações, fatores ou “variáveis” pertinentes em cada campo investigativo as quais, de meios não apenas frutíferos como indispensáveis para os

---

dos problemas sociais contemporâneos e conferir os meios de pensá-los de forma global (...)” (2011, p. 24). (Essa, como todas as outras traduções, são nossas.)

<sup>14</sup> Em outra linguagem, poderíamos dizer que consistem em *subsistemas* (e não sistemas social ou culturalmente autossuficientes) cuja ultraespecialização descontrolada abriu mão de investigar as *formas de integração que pressupõem e se inscrevem em sua própria configuração e significação internas*.

procedimentos de objetivação, sub-repticiamente assumem o lugar do objeto a cuja construção deveriam contribuir. Nesse caso, tomam-se os *métodos e instrumentos* de objetivação (operacionalizações e operações estatísticas, etnografias em bairros de classes médias, mercados ou comunidades populares, a mobilização e incorporação de novos dados, como os patrimoniais nas análises sobre desigualdade) pelo *objeto* a ser investigado (cuja constituição teórica é necessariamente prévia e condição de sentido do método utilizado e das técnicas empregadas), *os meios pelos fins*, de maneira que a razão e a vida, e a vida da razão – em outras palavras, sujeito e objeto do conhecimento – tornam-se um e outro, como nos lembram as clássicas lições de Lukàcs (1960), mutuamente empobrecidos e reificados.

Ora, quando instrumento de seus próprios instrumentos, o cientista social se torna muito mais facilmente objeto de jogos de interesse de todo tipo, como as demandas oficiais (o recente discurso acerca da emergência de uma suposta “nova classe média” e a formatação de uma aparato institucional voltado à sua “análise técnica”), o uso acrítico de categorias dóxicas e jornalísticas travestidas de conceitos sociológicos (e.g. sociólogos mobilizando categorias do marketing, como classes “A, B, C, D, E”, ou mobilizando dados de agências de pesquisa de jornais de grande circulação sem a menor crítica dos pressupostos subjacentes), além da confusão, tanto na forma como no conteúdo, entre questões pré-construídas pela “opinião pública” e questões cientificamente formuladas. Como resultado, muitas dessas investigações se imiscuem ao senso comum, dele retirando seus “problemas de pesquisa”, ao mesmo tempo lhe conferindo uma legitimidade pela consagração “científica” (geralmente estatística) de suas representações através de uma promiscuidade hermenêutica a partir da qual já não é mais possível saber ou diferenciar quem verdadeiramente é ‘sujeito’ ou ‘objeto’ de investigação. E ao assim coparticiparem da própria consistência do fenômeno que se propunham explicar ou compreender, essas análises passam da condição de *explanans* a *explanandum*, ou seja, a precisarem, elas mesmas, serem explicadas. É por essa razão que o olhar do sociólogo como do antropólogo, do historiador como do cientista político, ou de todo e qualquer investigador que busque adequadamente compreender as classes enquanto condições relacionalmente

diferenciais de existência, seja sob qual aspecto particular seja priorizado (econômico, ocupacional, cultural, regional, rural ou urbano), sejam quais forem os fenômenos em foco (a diversidade de formas de religiosidade popular, as dilacerações políticas internas às frações médias, os efeitos da origem trânsfuga da ampliação do grande patronato rural e urbano no decurso século XX em seus padrões de ‘consumo cultural’ ou nas formas de conversão de sua herança, etc.), e ainda que *necessariamente* segundo os interesses da especialidade considerada, necessita se orientar por uma *razão genuinamente científica*, a qual apenas começa quando, e se, vinculada a uma *atitude epistêmica crítica* em relação às condições de produção de sua forma de saber (BOURDIEU, 1980), sob o risco de se deixar dominar pelos sistemas conceituais dominantes, ecoar vozes que não são as suas, ou tornar-se objeto do que se buscava objetivar.

Autoconscientes dos fundamentos de nossa *razão teórica*, jamais esqueceremos que todos os fatores, propriedades, símbolos, forças ou variáveis construídas assim como *todos os focos particulares* pelos quais sejam vislumbradas não são em si mesmos senão abstrações unilaterais e expressões parciais da vida social que pulsa em todos e por todos eles, readequação do olhar que em nada se aproxima do regresso a teleologias ou enteléquias totalizantes, pelo contrário; não por acaso são autores que privilegiam a sociologia em escala individual (LAHIRE, 2002, 2013) ou a micro-história os mais conscientes de que “a questão não é a de saber como articular as formas parciais da explicação, mas como fornecer uma explicação total da forma parcial considerada” (LEPETIT, 1993, p. 133), ou, nas palavras de Jacques Revel, de “desenvolver uma estratégia de pesquisa que não mais se basearia prioritariamente na medição de propriedades abstratas da realidade histórica mas que, ao contrário, procederia fixando-se como regra integrar e articular entre si o maior número dessas propriedades” (1998, p. 21). Afinal, são os agentes sociais mesmos que em sua relação com a vida social, e naquilo que essa relação possui de essencial, atravessam cotidianamente as fronteiras institucionais que artificialmente encampamos para investigá-los (‘família’, ‘educação’, ‘religião’, ‘trabalho’, etc.); e é a energia social, as marcas e as

influências oriundas dessa multiplicidade de relações, socializações e experiências condensadas em, e constitutivas de, sua trajetória, assim como a *entre*constituição de seus respectivos esquemas hermenêuticos e narrativo-identitários, que os agentes transportam consigo, como vetores conscientes ou inconscientes, para o interior de cada uma das esferas da vida por que perpassam. O que se conforma assim é um certo “mundo comum”, ou uma atmosfera “familiar”, que delinea não somente uma condição de classe em particular como, histórica e estruturalmente, classes de condições em geral.

## **2. Da pulverização analítica dos indicadores à multideterminação existencial constitutiva das classes sociais**

Não é uma questão de modelo, todos os modelos são molares: é preciso determinar as moléculas e as partículas em relação às quais as “vizinhanças” (indiscernibilidade, devires) engendram-se e se definem (G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs*, v.4, p. 81).

Se, como vimos, o conceito de classes sociais não se confunde com as expressões parciais e parcelizadas de suas manifestações, tampouco com os fatores ou as variáveis mobilizados para investigá-las – como a fumaça é *indício* do fogo –, é porque a estrutura do fenômeno jamais o foi, em qualquer tempo ou lugar,<sup>15</sup> unirrelacionalmente determinada, quer dizer, determinada por uma única e unívoca relação. Essa orientação investigativa se impõe *a fortiori* no que concerne à apreensão da alta diversificação das formações contemporâneas centrais ou periféricas onde se verifica, no atual momento do processo de mundialização, a produção combinada e desestabilizadora entre homogeneidade sistêmica, heterogeneidade sociocultural e renascimento autoritário.

Com efeito, sabemos que como quer que venha a ser modelizado o sistema de relações que caracteriza uma estrutura de classes, assim como o importantíssimo trabalho de abstração de seus mecanismos ou disfunções sistêmicas, suas formas de reprodução, integração (dominante ou subordinada), contradição – como  $r > g$  em Piketty (2014) –, ou transformação, *um determinado sistema* (como o capitalismo) apenas poder ser plenamente

---

<sup>15</sup> A heterogeneidade de tradições e vínculos preside, na verdade, sua própria formação histórica na passagem do séc. XVIII para o XIX, no quadro da Revolução Industrial inglesa. O trabalho de E. P. Thompson (2010) permanece exemplar nesse sentido.

entendido enquanto *subsistema*,<sup>16</sup> quer dizer, quando reintegramos sua ‘equação’ na *inter-relação com outros sistemas (sociais ou culturais)* que lhes servem de obstáculo ou, ao contrário, dos quais extraem impulsos funcionais ou importantes forças de motivação e legitimação,<sup>17</sup> mas de todo modo em cuja totalidade histórica (KOSIK, 1988) encontram seu próprio fundamento explicativo que, evidentemente, em nada se confunde com a ingênua pretensão de exaustividade quantitativa.

Da mesma forma, e pelas mesmas razões, uma *relação* seja ela qual for<sup>18</sup> (e.g. econômica, como um determinado vínculo ocupacional), e *ainda que considerada exclusivamente em si mesma* (pela sociologia econômica, do trabalho, pelos estudos de mobilidade), somente pode ser adequadamente compreendida no que diz respeito às motivações, horizontes, projetos e ações nela envolvidas quando, e à medida que, revelamos as linhas de experiência que a enlaça (afetiva, simbólica e existencialmente) a outras relações (vínculos familiares mais ou menos harmoniosos ou agonísticos, laços comunitários, adesão religiosa, etc.) em conexão com as quais emerge seu sentido para os agentes sociais. Dito de forma alternativa, uma determinada relação – seja enquanto tipologicamente generalizada ou empiricamente localizada em um caso particular – se torna plenamente compreensível em sua significação científica quando, para além de sua abstração *unilateral*, passo sempre necessário mas nunca suficiente, o investigador consegue desnudar e explicar a forma como seus aspectos constitutivos (econômico, racial, religioso, etc.) colhem, cada um, sua força e seu sentido a partir de todos os outros, ainda que necessariamente levados em conta sob o âmbito de sua especialidade (bem-compreendida); e se, com efeito, ‘todos os outros’ (i.e., o conjunto de fatores pertinentes conforme o caso em foco) correspondem a uma determinada estrutura de variáveis (BOURDIEU, 1979, p. 117-120) cuja *relação* confere a força de cada uma delas, isso se deve ao fato de que essa

---

<sup>16</sup> É precisamente dessa insuficiência sistêmica, autofágica em diversos aspectos, que resulta todo o drama histórico a ele associado, atualmente intensificado pela pretensão totalitária intrínseca ao neoliberalismo.

<sup>17</sup> Cf. Boltanski e Chiapello (2009) e também as reflexões de Hobsbawm a esse respeito (1995, p. 25).

<sup>18</sup> Essa consideração é válida para toda forma relacional (e.g. religiosa, conjugal, etc.), o que não há espaço para desenvolver aqui.

relacionalidade multicategorial pressupõe ela mesma um solo vivido sobre o qual se funda, e que corresponde a *condições de existência diferenciais e diferenciantes* no seio das quais cada cor da pele, cada uso e entonação da linguagem, cada ato, se prolongam uns nos outros porque se entressignificam e vivificam uns aos outros, numa *ambiguidade experiencial e plurivocidade semântica* que são tanto mais importantes de serem levadas em conta quanto mais participam da consistência do fenômeno, por conseguinte, da *opacidade* com que padrões de desigualdade são reproduzidos e formas de dominação são vivenciadas.

### **Entrelaçamento entre macro e micropolítica de classe**

A essa ambiguidade se acrescenta a extrema complexificação dos nexos sistêmicos que formam a economia mundial e a divisão do trabalho internacional na atualidade. Segue-se daí, como primeiro passo metodológico, a necessidade do delineamento e objetivação do âmbito que podemos definir, em escala macro, como aquele relativo à *dominação estrutural e à vinculação sistêmica*, que tem contemporaneamente sob uma rede estrutural de fatores inter-relacionados local e mundialmente alguns enquadramentos necessários para seu adequado entendimento, e que envolvem por exemplo, sempre e inevitavelmente conforme o interesse investigativo em jogo, a crescente (i) financeirização da economia mundial impactando na compressão da renda nacional<sup>19</sup> relativa à estrutura produtiva (DOWBOR, 2017) e, por implicação, tanto na magnitude como na forma que assumem as (ii) desigualdades socioeconômicas; a (iii) arquitetura institucional envolvendo sistemas fiscais, de tributação, jurídicos e mecanismos de reprodução patrimonial,<sup>20</sup> assim como a (iv) produção de regimes ideológicos que não apenas amparam como contribuem com sua própria força institucional e moral à sua reprodução e justificação (PIKETTY, 2014, 2019; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009); além da (v) reestruturação produtiva que caracteriza essa tendência histórica a partir

---

<sup>19</sup> Os dados do Sistema de Contas Nacionais de 2010 a 2015, anos que precederam e gestaram a crise de 2016, são bastante reveladores dos limites distributivos de um projeto neodesenvolvimentista situado nessa rede estrutural mundializada sob a hegemonia do capital financeiro. Sobre isso, cf. Pontes (2020).

<sup>20</sup> O sistema tributário no Brasil, ao se concentrar mais na produção e na importação e menos na renda e no patrimônio em comparação a outros países, contribui para a acentuação da desigualdade por seu caráter regressivo, o que não há espaço para adentrar aqui (IBGE, 2018, p. 16-17).

sobretudo da década de 1980, marcada, dentre vários aspectos, pela tendência à terciarização da PEA e do PIB mundiais – com tudo o que isso significa em termos psicossociais e de individualização agonístico-mercantil – e, mais geralmente, pela flexi-precarização dos vínculos laborais verificadas na degradação tanto da relação qualitativa com o trabalho como na liquefação de suas garantias institucionais (CARDOSO Jr., 2013; PAUGAM, 2000).

Ademais, subjacente à equalização nominal da dinâmica econômica mundial nas últimas décadas em torno de um capitalismo de serviços crescentemente indissociável de uma economia digital, deve-se reconstruir a (vi) *conjunção* entre, de um lado, a relativa autonomia do desenvolvimento histórico das tradições, camadas sociais, forças institucionais e das formas de composição e atuação do Estado em cada país ou região e, de outro, a sua forma de inserção e grau de subordinação e dependência funcional à divisão do trabalho internacional (SANTOS, 2002). Essa forma de inserção estrutural *externa* implica não somente um determinado arco de possibilidades ascensionais diferenciais para cada país, relacionalmente mais circunscrito e massivamente precarizado nas formações sociais periféricas, como formas e padrões de subordinação simbólica (científica e moral) e política que impactam decisivamente na conformação do estilo de vida, dos horizontes de desejo, e na autoidentificação de suas classes médias e grupos dominantes, o que torna decisiva sua autoafirmação pela via da negação visceral do estilo de vida das camadas populares, quando não o ódio e o ressentimento sublimados em virtude e cruzada moral (SOUZA, 2016). Ao mesmo tempo, a mais intensa desigualdade econômica e regional que nos posiciona, juntamente com a África do Sul e os países do Oriente Médio, na “fronteira desigualitária do mundo contemporâneo” (PIKETTY, 2019, p. 50), apenas teria obtido “êxito” em reproduzir *internamente* a um mesmo país, como é o caso do Brasil, a magnitude das desigualdades globais (IBGE, 2018, p. 95), se, e apenas se, entremeada pelo caráter culturalmente conservador e politicamente autoritário de nossa modernização, ou seja, quando reintegrada em uma *desigualdade qualitativa*, a um só tempo econômica, social, estética, política

e moral, da qual derivam historicamente justamente aquela negação, ódio e ressentimento de classe.

Reforçamos que não se trata de uma vã tentativa de exaurir a totalidade quantitativa inerente à diversidade de forças objetivas em jogo, e que mesmo seus mecanismos estruturais (como exemplificamos acima com Piketty, ou como o caso clássico de Marx) são, na verdade, múltiplos, se retroalimentando, contrabalançando ou anulando mutuamente (BHASKAR, 1979). Nosso argumento, mais simplesmente, é: quer seja interpretada a partir de um sistema de estratificação ocupacional com seus respectivos padrões de mobilidade (GOLDTHORPE, 1985), uma determinada distribuição funcional nas relações de produção (WRIGHT, 2005), uma mais ou menos desigual distribuição, apropriação e concentração de recursos escassos,<sup>21</sup> ou ainda como um espaço social constituído por campos de forças relacionalmente determinados conforme a natureza do capital em disputa,<sup>22</sup> em suma, como quer que venha a ser levada conta em função dos interesses da pesquisa, a inserção sócio-histórica de todo e qualquer agente, individual ou coletivo, possui, primeira e necessariamente, uma dimensão que podemos chamar nos termos de Sartre (2005) de “vertical”, e que se encontra inserida na rede estrutural de forças inter-sistêmicas assinalada acima.

Ocorre que, por tudo o que dissemos, se faz necessário um passo metodológico complementar. Ao redimensionarmos o foco de nossa escala de análise, se nos desvela que, subjacente à cadeia de forças sistêmicas pelas quais estamos habituados a abordar toda e qualquer problemática relativa às relações *entre* classes, se situa uma *dimensão micropolítica*, “horizontal” ainda na linguagem de Sartre, e que envolve a *pluralidade de relações intersubjetivas e linhas de experiência co-constitutivas de sua dinâmica interna*. Não estamos nos referindo à noção de frações de classe, mas a um conjunto de relações, forças, símbolos e experiências que também as atravessam e não poucas vezes as cindem, como laços, alianças e rupturas (por reconhecimento, prestígio,

---

<sup>21</sup> Especialmente a distribuição funcional da renda e a apropriação diferencial do volume global de recursos conforme os decis da população.

<sup>22</sup> Como lembra Lahire (LAHIRE et al., 2001), não há, em Bourdieu, um campo que envolva as classes populares. Não por acaso seu campo econômico (BOURDIEU, 2000), por exemplo, é inteiramente *intra-capitalista*.

poder, herança) oriundos da microdemografia familiar, vínculos e rivalidades comunitárias e a experiência mais ou menos marcante com a violência armada (sendo o Rio de Janeiro o caso paradigmático), graus e intensidades de adesão à determinada crença religiosa e a circulação por meio de sua diversidade e rivalidade institucionais, a co-produção de projetos de vida conjugais e a particularidade do circuito de afetos neles inscrita, a maneira pela qual os indivíduos lidam com, e (re)constroem, sua identidade racial, sexual, etc. Se, por um lado, é indiscutível que cada uma dessas formas relacionais é suscetível de ser analisada a partir da “verticalidade” intrínseca a suas próprias formas de dominação, importa sublinhar para nossos propósitos que elas são as *mediações socializantes necessárias* (SARTRE, 2005; LAHIRE, 2013; GAULEJAC, 1987) pelas quais encarnamos e vivenciamos nossa condição de classe enquanto mundo dotado de sentido, paisagem viva com suas forças de atração e repulsão, desejos secretos e medos difusos, encontros marcantes ou desencontros com a vida, além de eventos que marcam decisivamente nossa biografia (LECLERC-OLIVE, 2009), portanto, de uma forma simultaneamente, e sem contradição, *geral e singular, de reconhecimento e de estranhamento*.

Essa *relação transversal* (SARTRE, 2005) com à estrutura de classes, pela qual por um lado somos seus vetores e manobramos suas engrenagens sistêmicas em forma de desejo e projetos pessoais, assim como por outro, mas ao mesmo tempo, vivenciamos essa vinculação sistêmica *de forma necessariamente mediada*, é a razão por que cada indivíduo, e cada prática, não são causalmente explicáveis ou hermeneuticamente interpretáveis de modo inteiramente satisfatório por referência exclusiva à origem social ou à posição atual na estrutura ocupacional, ou ao nível de rendimentos, ou aos anos de escolaridade assinalados em determinado momento; a noção de *trajetória* (BOURDIEU, 1979) no seio da qual cada momento é ressituaado como condensação de toda sua história, é mais respeitosa à complexidade do real. Sua mobilização nos permite uma compreensão das práticas e representações para além de dicotomias rígidas com as quais estamos habituados a trabalhar (por exemplo, origem rural X urbana, trabalho manual X não manual, vínculo

formal X informal, “evangélico” X “sem religião”, etc.) na medida em que os indivíduos em grande parte as atravessam em distintos momentos de seu ciclo de vida ou de sua biografia. Como nos sublinha Mbembe (2019, p. 43) a respeito do regime colonial da *plantation*, e que vale *a fortiori* para formações sociais mais diferenciadas,

O negro da *plantation* era, todavia, uma figura múltipla. Caçador de quilombolas e fugitivos, carrasco e ajudante de carrasco, escravo e artesão, informante, doméstico, cozinheiro, liberto que se mantém cativo, concubina, roceiro dedicado ao corte da cana, encarregado do engenho, operador de maquinaria, acompanhante de seu senhor e guerreiro ocasional. Essas posições estavam longe de ser estáveis. De acordo com as circunstâncias, uma posição podia subitamente ser “convertida” em outra. A vítima de hoje podia se transformar, no dia seguinte, em carrasco a serviço do senhor. Não raro o liberto, de um dia para o outro, tornava-se proprietário e caçador de escravos.

Não obstante, só levaremos o conceito à toda sua potencialidade quando considerarmos que a trajetória, seja considerada relativamente a um caso particular ou à generalidade histórica de um coletivo, não deve levar em conta apenas a evolução no tempo da estrutura e do volume de capitais (herdeiros, *parvenus*, micromobilidades, reconversão de investimento econômico em retorno escolar, etc.), mas a trama social, experiencial e narrativa no corpo da qual essa evolução é restituída à integralidade de sua significação sociológica.

Tudo isso implica a superação do falso mas onipresente antagonismo que remete toda e qualquer conceituação concernente às classes sociais a uma escala exclusivamente macroestrutural, enquanto inserção sistêmica ao mesmo tempo coletiva, objetiva e homogeneizante, em suposta oposição às forças agenciais, à vitalidade que pulsa das individualidades em sua capacidade reflexiva e estratégica ou, em outro registro, à conquista da singularidade, autenticidade, ou ainda à tomada de consciência de uma liberdade inalienável pois fundante e constitutiva. Mesmo autores que contribuem para uma compreensão sociológica bastante minuciosa dos indivíduos sem prescindir de uma concepção de classes (LAHIRE, 2006) parecem inadvertidamente reproduzir essa dicotomia ao situarem todas as variáveis e propriedades relativas à sua mobilização a uma escala de análise macro. Mas se as classes sociais não são redutíveis a um atributo unívoco, “essencial”, ou causalmente determinante (BOURDIEU, 1979), e se as classes

populares, médias e dominantes, assim como suas frações, segmentações e clivagens internas, embora evidente e inevitavelmente identificáveis por determinadas propriedades e indicadores materiais apenas são verdadeiramente conceituadas enquanto classes quando passamos a considerar estas propriedades (aliás, como a própria “propriedade dos meios de produção”) e indicadores (e.g. volume patrimonial) no seio de condições existenciais de maior envergadura, isso deveria nos conduzir naturalmente à constatação de que as determinações de classe engendram não apenas condições de existência homogêneas e homogeneizantes (Ibid., p. 112) como, precisamente em função da síntese relacional que as caracterizam, heterogeneidade, individualidade, neurose e cesuras internas (GAULEJAC, 1987), transtornos psiquiátricos (HOLLINGSHEAD et al., 1954), e mesmo tendências *internamente* centrífugas e disruptivas não menos importantes do que suas contradições macrossistêmicas, seccionando-as ao limite da desintegração.

De todo modo, as *múltiplas determinações* inscritas na própria natureza, estrutura e dinâmica das classes nas sociedades modernas e contemporâneas fundamentam a possibilidade de deslocarmos a análise para a escala individual sem destruir a consistência do fenômeno: ela sinaliza a passagem para a própria maneira como as vivenciamos, enquanto paisagem viva e mundo com forças e solicitações diversas. Por isso, tanto a pluralidade de socializações e experiências sociais heterogêneas, e mesmo contraditórias, além da diversidade de modalidades (mais ou menos institucionalizadas ou difusas, regulares ou ocasionais, etc.) sob as quais se desenrolam (LAHIRE, 2002), como o *espaço de variações* de percursos individuais que não se reduz a desvios estatísticos de uma trajetória modal (GRIBALDI; BLUM, 1990), embora certamente não redutíveis a “variantes estruturais” ou “desvios” estatísticos de um habitus de classe homogêneo (BOURDIEU, 1980, p. 100-102), não obstante consistem em forças e variações reais que *coparticipam* da consolidação ou erosão da estrutura de classes, na verdade *consustanciam sua realidade* da forma particular como ela se apresenta em cada caso, não produzindo sempre e necessariamente *homogeneidade*, mas também, e cada

vez mais nas sociedades contemporâneas, *heterogeneidade*, microsociabilidades, segmentações e *microexperiências de classe* – que poderão ou não serem reunificadas politicamente ou dilacerarem-se ao infinito, quando então apenas o regresso à universalização de uma forma moral particular, acompanhada de encarnações despóticas, se elevará, embora sempre com a força das mãos fincada em pés de barro como todo Leviatã em sociedades complexas.

*Last but not least*, daí decorre o reconhecimento de que a natureza do vínculo das classes com as práticas não é “causal”, como se as primeiras fossem forças, além de unívocas, objetivas e externas aos agentes, estes por sua vez reduzidos a “efeitos” daquelas – precisamos lembrar aqui do sem número de pseudoexplicações jornalísticas ou mesmo “sociológicas” em sua simplista associação entre “renda”, “escolaridade”, ou “religiosidade,” e “voto” na atualidade? Afirmar que as trajetórias individuais, enquanto vetores diferenciais de classe, são multideterminadas não é o mesmo que afirmá-las ‘efeitos’ de ‘múltiplas causalidades’,<sup>23</sup> e sim, mais propriamente, que são a síntese de múltiplas forças sociais, e que, por isso mesmo, não se reduzem a nenhuma delas em particular e considerada enquanto unilateralidade analítica. Em assuntos históricos e humanos, cada análise deve sempre pressupor consigo a síntese. Em outras palavras, longe de os determinar analiticamente ‘*de fora*’ enquanto fator causal, este nexos relacional transversal à classe que aludimos atravessa seus agentes (intermediários entre a dimensão sistêmica e a prática) e os constitui ‘*por dentro*’, na singularidade daquilo que são como efeito de sua entreconstituição multirrelacional, de forma que essa conexão da classe com as práticas não é ‘causal’ mas existencial, se manifestando nas infinitas modulações pelas quais uma classe de condições se apresenta para todos e cada um de seus agentes sociais.

### **Opacidade e ambiguidade das formas de dominação**

Nunca tendo visto a alta sociedade a não ser em meio à febre de suas invejas, Deslauriers a imaginava como uma criação artificial,

---

<sup>23</sup> A distribuição de correlações estatísticas é, como todo método em geral e toda técnica em particular, não somente bem vinda como fundamental, conquanto saibamos diferenciar entre significância estatística e significação sociológica, o que infelizmente não acontece com muita frequência nos estudos de estratificação social.

funcionando em virtude de leis matemáticas. Um jantar em alguma casa, o encontro com um homem bem colocado, o sorriso de uma mulher bonita podiam, por uma série de ações que se deduziam umas das outras, ter resultados gigantescos. Certos salões parisienses eram como essas máquinas que pegam a matéria em estado bruto e a devolvem com um valor cem vezes maior. Ele acreditava nas cortesãs aconselhando os diplomatas, nos ricos casamentos obtidos por intrigas, no gênio dos condenados às galés, nas docilidades do acaso sob a mão dos fortes (Flaubert, *Educação sentimental*, p. 124).

Ao reconstruirmos a multiplicidade de relações que se amalgamam à dominação sistêmica, as quais em grande medida lhe conferem a força simbólica e motivacional que muitas vezes costuma-se atribuir a um determinado regime ideológico, o que se revela é um dos fundamentos centrais de toda dominação de classes, sobretudo nas formações sociais contemporâneas onde sequer a elite econômica e financeira mundial e seus executivos têm condições de conhecer a altamente complexa estrutura em cascata de suas corporações, assim como todas as operações e implicações de seu hiper-concentrado entrelaçamento acionário.<sup>24</sup> A complexidade intersistêmica subjacente ao que habitualmente nos referimos por “mercado”, “capitalismo mundial”, ou “neoliberalismo”, foi citada ao início do tópico anterior com o intuito de nos recordar que, se uma classe de agentes se apresenta como dominante, a própria *objetividade* da dominação escapa, em grande medida, a seu controle, extrapolando suas forças<sup>25</sup> e chocando-se com seus próprios interesses, sobretudo por se tratar de uma rede de forças multissistêmicas cujo resultado pode ser a derrocada de gigantes *too big to fail*, como mostrou ao mundo a crise financeira de 2008.

A essa cadeia de forças objetivas, incorporamos a noção de *multideterminação existencial*, macrossistemicamente estruturante das relações *inter*, e micropoliticamente constitutiva das relações *intra*, classes populares, médias e dominantes, numa *conjunção que se encontra na base da opacidade inerente a essa como na verdade a todas as formas de dominação*

---

<sup>24</sup> “Mas também descobrimos, nesta pesquisa, a que ponto as pessoas no topo das pirâmides corporativas estão limitadas na compreensão do que está acontecendo na própria casa, pelo próprio gigantismo, dispersão e diversidade de atividades” (DOWBOR, 2017, p. 160), com corporações controlando literalmente milhares de empresas através de dezenas de países, com um não menos espantoso “número de setores controlados por um só grupo (manufatura, mineração, comércio, planos de saúde, telefonia, finanças e seguros, administração pública, etc.), [variando] entre 27 e 164” (Ibid., p. 161-3).

<sup>25</sup> Gramsci diria que uma classe, grupo ou coalizão social, pode ser “dominante” (quanto à prevalência de seus interesses) sem ser “dirigente” (política e moralmente) (2011, p. 323-4).

em medidas distintas, na medida em que as relações de dominação em geral, e as relações capitalistas de forma paradigmática nesse aspecto, nunca se apresentam analiticamente a partir de si mesmas a não ser enquanto artificialmente abstraídas, e modelizadas, pelo pesquisador, assim como nunca subsistem exclusivamente a partir da coerência de suas narrativas ideológicas ou por intermédio de uma socialização unívoca ‘bem sucedida’.

É nesse sentido que a atual autofagocitose do projeto neoliberal não decorre somente de suas próprias contradições internas; sua falência como “utopia do mercado” e a subsequente recorrência a forças “populistas” ou a suportes morais que não são os seus (especialmente o patriotismo militarizado, a família patriarcal, e a religião) (BROWN, 2019) nos demonstra que toda a extensa e heteromorfa força de trabalho do capitalismo contemporâneo vivencia e conforma a consciência relativa à sua vinculação sistêmica, *não somente e muitas vezes não prioritariamente a partir dessa própria vinculação e de seus imperativos éticos correspondentes* (meritocracia agonística, justificação moral das desigualdades, adesão à imagem de si como capital, colonização do mundo da vida por um *self* empresarial, etc.), mas em conexão e contiguidade com múltiplas relações e experiências sociais, engajamentos e motivações, em suma, no seio de um *espaço vital predicativo de uma condição de existência mais ampla*.

Precisemos nossa colocação. O poder explicativo, e a capacidade de concatenação racional de quadros empíricos e contextos históricos os mais diversos, de conceitos como, por exemplo, os de ideologia, hegemonia, ou de violência simbólica, quando empregados de forma rigorosa e adequada, são inequívocos. É não só importante como imprescindível identificar, isolar e modelizar os mecanismos e canais de produção, circulação, difusão e institucionalização de símbolos, narrativas consagratórias e visões de mundo, a capacidade (ou incapacidade) organizada de transfiguração de interesses particulares e sua universalização em interesses gerais, as correlação de forças, coalizões e concessões entre os grupos e classes envolvidas, assim como as instâncias, dispositivos e forças socializadoras capazes de – para mobilizar a linguagem parsoniana herdada de Sorokin – fazer dos imperativos do sistema cultural, virtudes do sistema de personalidade, via participação no

sistema social. Não contestamos de forma alguma a importância da racionalidade jurídico-institucional para a construção da legitimidade das formas modernas de dominação, assim como a robustez e coerência narrativa fornecidas por seus ideólogos ao domínio cultural, tampouco a cumplicidade ontológica implicada no processo prático e difuso de incorporação pré-reflexiva das tradições institucionalizadas e da naturalização das hierarquias e desigualdades sociais a elas subjacentes. O que nossa argumentação sublinha é a polissemia semântica e a pluralidade afetivo-agonística a partir da qual os agentes sociais sempre, e inevitavelmente, vivenciam e representam sua *vinculação sistêmica*; seja ela considerada em quaisquer das múltiplas possibilidades destacadas acima, desde o modo de produção do marxismo clássico, perpassando pelos regimes desigualitários para falar com Piketty, ou como um espaço social com seus múltiplos campos, para falar com Bourdieu, essa vinculação se encarna para os agentes humanos, e aos segmentos dominantes ou subordinados, de forma *socialmente mediada*, gerando portanto fissuras, aberturas, contratendências, em suma, um *excedente de sentidos* que está sempre aquém<sup>26</sup> ou além dessa vinculação (origem social, posição num campo, ocupação num sistema estratificado, propriedade ou não dos meios de produção, volume e distribuição de capitais, etc.) considerada em si mesma.

Isso significa que aqueles mecanismos estruturais dificilmente substituiriam, por si mesmos ou mesmo combinadamente, o papel desempenhado pela *micropolítica relacional*, entremeada e aderida à *macropolítica sistêmica*, de ponte ou intermediação entre essas forças objetivas e os agentes sociais e suas práticas. Lembremos que os próprios sistemas simbólicos, reconstruídos por exemplo sob o aspecto de novo “espírito” do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), são, assim como os sistemas sociais, eles também *subsistemas*, e necessitam dessas mediações (familiares,

---

<sup>26</sup> Neste caso, é novamente Mbembe (2019, p. 43-4) quem nos assinala, ainda em relação ao negro da *plantation* e à sua socialização tendo o ódio como base emotiva, que os traços do regime “não eram apenas as formas segmentárias de sujeição”, e os jogos táticos, intrigas e desconfiança que favoreciam, inclusive com a possibilidade da “reversibilidade das posições” de poder, mas “também o fato de que o vínculo social de exploração não havia sido estabelecido de forma definitiva”, necessitando por isso de uma contínua “violência de tipo molecular, que ao mesmo tempo suturava e saturava a relação servil”.

escolares, etc.) para se tornarem subjetividade e motivação. Uma *pluralidade de socializações* mais ou menos heterogêneas (LAHIRE, 2002; 2013), cada uma delas inclusive compósita internamente em relação às *linhas de experiência* que delas emanam – não precisamos recordar aqui a complexidade de afetos potencialmente clivados envolvidos em uma mesma e única relação –, operam sempre, e a despeito da vontade ou da consciência dos agentes, como *mediações sistêmicas* (SARTRE, 2005), o que de modo algum implica necessariamente coerência ou ‘êxito’. O *excedente de sentidos* que emerge desse espaço vital muitas vezes implica em sua própria falta, quer dizer, num *gap*, ou num acúmulo de diferenças entre os pré-requisitos sistêmicos e as disposições necessárias para sua consecução, o que resulta todas as vezes em que as segundas não se formam completamente consoantes às primeiras.

Mas consoantes ou não, trata-se do solo existencial sobre o qual necessariamente se erige, a partir da depuração narrativa de sua complexidade, a possibilidade histórica da emergência de uma autoconsciência de si, coletivamente e enquanto classe, e por consequência, quer dizer derivadamente, do ‘desentranhamento’ de ‘interesses objetivos’ – no sentido de que eles não se fundam em mera arbitrariedade. É com essa multideterminação que se chocam as tentativas de formação de uma *mise en forme* político-narrativo-identitária que se pretendam fundamentadas apenas sobre uma *objetividade restritivamente entendida* como a dimensão econômica de uma posição ou da ‘materialidade’ de uma condição. Assim, a assunção analiticamente auferida acerca do que “deveriam ser” os interesses de uma classe ou fração de classe (e.g. pelas taxas de adesão sindical, as percepções e preferências políticas, a adesão, indiferença ou cumplicidade ao recente golpe de Estado),<sup>27</sup> caso o cientista social se dê por satisfeito nessa forma de determinação, o priva da possibilidade de compreensão das camadas semânticas subjacentes à diversidade de motivações, engajamentos, ressentimentos, projetos e frustrações que as atravessam, e que muitas vezes condensam em si não somente as *contradições macropolíticas* entre as classes mas as *clivagens micropolíticas* inerentes a, e no interior de, uma mesma

---

<sup>27</sup> Cf. Pontes (2020).

condição de classe, resultante da multiplicidade de suas linhas de experiência constitutivas (religiosa, regional, comunitária, suas micromobilidades no interior da própria condição), as quais se inscrevem não somente entre seus membros como potencialmente *no interior* de cada estrutura subjetiva.

Nenhuma dessas fissuras e microexperiências de classe apontam para o declínio da doxa, a mais fiel aliada do poder, e em tudo compatível com uma suposta sociedade “hiper-reflexiva”. Afinal, para mobilizarmos extremos, o atomismo é apenas a contraparte da massa, se bem que contemporaneamente se assemelhando menos aquela caracterizada pela Escola de Frankfurt por seu poder de homogeneização, do que por aquela massa amorfa e à deriva descrita por Hannah Arendt, inclusive quanto aos riscos autoritários que se apresentam ao mundo contemporâneo.

### **Considerações finais**

O que buscamos nesse artigo, voltado a estimular o esforço de construção de uma nova inteligibilidade em relação à abordagem, ao conceito e à estrutura do fenômeno das classes sociais nas formações sociais contemporâneas, foi a tentativa de reconstruir o objeto mesmo por detrás da fragmentação analítica e para além da facilidade das “evidências” do senso comum, desvelá-lo para além das aparências e manifestações fenomenais (por isso falamos na *estrutura* do fenômeno), resgatá-lo como finalidade investigativa da submersão pelos (não obstante indispensáveis) métodos e instrumentos de investigação que, criticamente reajustados, devem contribuir para reconquistá-lo.

Dessa forma, permanecemos a reconhecer que a condensação das experiências e a formação dos horizontes (econômicos, políticos) de classe, além das condições de possibilidade de *conexão* entre aspirações e projetos individuais e anseios e projetos coletivos, se situam inescapavelmente nos limites estruturais que, em nosso caso, significam a periferia do tecnocapitalismo de serviços contemporâneo. Mas, se é verdade que *essa vinculação sistêmica é o aspecto real de uma realidade mais ampla* que nosso olhar procura reconstruir, o “espírito” (coletivo) e a “alma” (incorporada) de toda forma de dominação nunca são inteiramente suficientes para subsumir

as cadeias da existência sócio-histórica. Estas a englobam, mas a excedem. Por isso não poucas vezes verificamos que aquilo que explica a conduta dos agentes sociais, e a reprodução de determinados padrões de desigualdade e formas de dominação, longe de derivar exclusivamente da interiorização dos valores, imperativos e representações dominantes em forma de motivação e sentido para a vida, em grande medida advém da *contiguidade sistêmica dessas formas e padrões a outras fontes de vida* nas quais se assentam e com as quais se entrelaçam, extraindo de tudo aquilo que mais importa, engaja e move os agentes sociais, i.e., pessoas, relações, afetos, compromissos, lugares, lembranças, etc., sua força, seu caráter pervasivo e suas bases de sustentação.

### Referências bibliográficas:

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *RBCS*, n.4, v.2, p. 5-28, jun.1987.

ARAÚJO, Pedro Quaresma de. Estructura productiva y distribución funcional del ingreso: una aplicación del modelo de insumo-producto. *Revista CEPAL*, n. 109, p. 61-84, abril 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris : Éditions Raisons d'agir, 2004.

\_\_\_\_\_. **Le sens pratique**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences**. London; New York: Verso, 1979.

BROWN, Andy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west**. New York: Columbia University Press, 2019.

CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. Neo-classical sociology: the prospects of social theory today. *European Journal of Social Theory*, 19, 1, pp. 3-21, 2016.

CARDOSO JR., José Celso. **Mundo do trabalho e (des)proteção social no Brasil: ensaios selecionados em 15 anos (1995-2010) de pesquisa aplicada e assessoramento governamental**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2013. v.1.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

GAULEJAC, Vincent de. **La névrose de classe**. Paris : Hommes et groupes éditeurs, 1987.

GOLDTHORPE, John. On economic development and social mobility. *The British journal of sociology*, n.36, p. 549-573, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935 /** Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRIBAUDI, Maurizio; BLUM, Alain. Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social. *Annales ESC.*, v.45, n.6, 1.365-402, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLINGSHEAD, A.B. et al., Social mobility and mental illness. *American Sociological Review*, v.19, n.5, oct., p. 577-584, 1954.

IBGE. Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, n. 39, 2018.

KOSIK, Karel. **La dialectique du concret**. Paris: Les Éditions de la Passion, 1988.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. São Paulo: Ed. Artmed, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dans le plus singuliers du social: individus, institutions, socialisations**. Paris: La Découverte, 2013.

LAHIRE, Bernard et al. (Org.). **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. 2 ed. Rev. e aum. Paris: La Découverte, 2001.

\_\_\_\_\_. **Monde pluriel : penser l'unité des sciences sociales.** Paris: Éditions du Seuil, 2012.

\_\_\_\_\_. **O homem plural.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

LECLERC-OLIVE, Michèle. Temporalidades de la experiencia: las biografias y sus acontecimientos. *Revista de ciencias sociales de la Universidad iberoamericana de México*, ano IV, n.8, jul.-dic., p. 1-39, 2009.

LEPETIT, Bernard. Architecture, géographie, histoire : usages de l'échelle. *Genèses*, 13, p. 118-138, 1993.

LUKÀCS, Georg. **Histoire et conscience de classe.** Paris : Editions de Minuit, 1960.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura.** 2 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MILLS, Charles Wright. **L'imagination sociologique.** Paris: Éditions La Découverte, 2006.

PAUGAM, Serge. **Le salarié de la precarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle.** Paris : PUF, 2000.

PAUGAM, Serge (Org.). **Repenser la solidarité.** Paris : PUF, 2011.

PIKETTY, Thomas. **Capital et idéologie.** Paris: Éditions du Seuil, 2019.

\_\_\_\_\_. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PONTES, T. Panica. **'Crescer na vida': trajetórias de micromobilidade nos meios populares.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2015.

PONTES, T. Panica. As entranhas do gigante e a sociogênese do golpe. In: **2016: o ano que não acabou.** Fatima M. Leite Cruz, Liana Lewis (Orgs). Recife: Ed. UFPE, 2020.

REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **A revolução científico-técnica, a nova divisão internacional do trabalho e o sistema econômico.** *Textos para discussão*, série 1, n.11, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **Questions de méthode.** Paris, Gallimard, 2005 [1960].

SOUZA, Kênia B. S. et al. Análisis de la estructura productiva del sector servicios en países con diferentes niveles de desarrollo. *Revista CEPAL*, n.108, p. 91-113, dic. 2012.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010. 3v.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 13 ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2013.

WRIGHT, Erik Olin. **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.